

**Portaria MS/GM Nº 2.048, de 3 de setembro de 2009:**  
**Consolidação Normativa do Sistema Único de Saúde**

Autora: Nara da Rocha Saraiva

Revisoras: Miriam Ventura, Carolina Rodrigues Gomes e Vera Lúcia Edais Pepe

A Portaria GM/MS nº 2.048, de 03 de setembro de 2009, aprovou o Regulamento do Sistema Único de Saúde, e tem por objetivo sistematizar e consolidar as normas expedidas pelo Ministério da Saúde e entidades vinculadas responsáveis pela regulamentação, organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS. A Portaria abrange as normas produzidas no período compreendido entre os anos de 1989 a 2007, cujas vigências permanecem inalteradas até a entrada em vigor da consolidação aprovada (Portaria GM/MS 2.792, de 17/09/2010).

As Normas que fundamentam a proposta de elaboração do Regulamento do SUS, na forma da Portaria MS/GM 2.048/09, são:

- Lei Complementar Nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das Leis e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos;
- Decreto Nº 4.176, de 28 de março de 2002, que dispõe sobre os trabalhos de consolidação dos atos normativos no âmbito do Poder Executivo e determina, em seu art. 43, a instituição de Comissões Permanentes de Consolidação e Revisão de Atos Normativos aos Ministérios e aos órgãos da estrutura da Presidência da República;
- Portaria Nº 1.035, de 4 de junho de 2002, do Ministério da Saúde, que cria a Comissão Permanente de Consolidação e Revisão de Atos Normativos do Ministério da Saúde, e a
- Portaria Nº 1.208, de 22 de maio de 2008, do Ministério da Saúde, que altera sua composição; Portaria Nº 815, de 29 de abril de 2008, do Ministério da Saúde, que aprova o Regimento Interno da Comissão

Permanente de Consolidação e Revisão de Atos Normativos do Ministério da Saúde, atribuindo a esta, no inciso IV do art. 2º, a competência para elaborar e revisar, periodicamente, o Regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da legislação infralegal consolidada, dispondo sobre sua organização e funcionamento;

- Além delas, constituem razões para revisão da estrutura Normativa existente, a necessidade de promoção do processo de conhecimento, e conseqüente identificação e valorização do Sistema Único de Saúde, por meio da normatização infra-legal pelo Ministério da Saúde.

A Portaria MS/GM 2.048/2009, inicialmente, estabeleceu sua vigência imediata. Em seguida, esta vigência foi sobrestada para setembro de 2010, para março de 2011 e, finalmente, para março de 2012. As alterações foram introduzidas pelas Portarias GM/MS nº 2.230 de 23 de setembro de 2009, nº 2.792, de 15 de setembro de 2010 e nº 319 de 28 de fevereiro de 2011.

Além do sobrestamento da vigência, ela ficou em Consulta Pública até 17/11/2010. A Portaria GM/MS nº 2.230 de 23 de setembro de 2009 estipulou a obrigatoriedade de manifestação das Unidades do Ministério da Saúde, quanto a eventuais omissões no texto da Portaria 2.048/2009 e restabeleceu a vigência plena das Resoluções CNS Nos. 196 de 10/10/96; 251 de 07/07.97; 292 de 08/07/1999; 340 de 08/07/04.

Essas alterações foram recomendadas pela Comissão Permanente de Consolidação e Revisão de Atos Normativos que considerou que “... as peculiaridades do processo de consolidação de atos normativos exigem a instituição de margem temporal para permitir maior conhecimento do texto elaborado e sua atualização...”(sic).

Um aspecto a ser destacado é que a Portaria GM/MS 2048/2009 deve sofrer extensa reformulação antes mesmo de sua entrada em vigor, pois deve incorporar as sugestões e manifestações resultantes da Consulta Pública, e as normas aprovadas após o período consolidado – 1989 a 2007. Um exemplo da necessidade de atualização da Portaria GM/MS2048/2009 refere-se a medicamentos excepcionais; este componente da Assistência Farmacêutica foi alterado pela Portaria MS/GM nº 2981 de 26 de novembro

de 2009 que lhe deu, inclusive, nova denominação: “medicamentos especializados”.

O Regulamento do SUS proposto deverá ser publicado e revisado a cada dois anos por uma Comissão Permanente de Consolidação e Revisão de Atos Normativos do Ministério da Saúde, instituída pela Portaria Nº 1.305, de 4 de junho de 2002, sob a coordenação da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde.

O Regulamento está sistematizado em sete (7) eixos principais:

### **1. Organização, gestão e administração em saúde:**

- 1.1 Gestão em saúde: (i) Norma de Organização Básica - NOB SUS 01/93 ; (ii) Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS SUS 01/02; (iii) PARTICIPASUS ([www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)); (iv) Pacto Pela Saúde 2006 e suas diretrizes operacionais em seus três componentes (pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão); (v) Norma de Organização Básica – NOB SUS 01/96 respectivamente Anexos I, II, III e IV; responsabilidades dos gestores Municipais (Anexo V); Estaduais (Anexo VI), Distrito Federal (Anexo VII); e Federais (Anexo VIII); Termos de gestão e cooperação entre entes Públicos – Ministério da Saúde, CONASS, CONASEMS (Anexo IX); Declaração da Comissão Intergestores Bipartite CIB - Gestor Municipal (Anexo X) e Tripartite - CIT; limites financeiros Municipais e DF (Anexos XI a XIII); Termos de compromisso de gestão municipais, distrito federal e estaduais;
- 1.2 Planejamento em saúde: mediante Planejamento do Sistema Único de Saúde do SUS;
- 1.3 Administração Orçamentária e Financeira: em face da definição de cinco (5) Blocos de Financiamento e seus respectivos componentes: (i) Atenção Básica; (ii) Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; (iii) Vigilância em Saúde; (iv) Assistência Farmacêutica; (v) Gestão do SUS.
- 1.4 Auditoria: Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS e Sistema Nacional de Auditoria do SUS – SNA SUS

1.5 Ouvidoria: Ouvidoria-Geral do SUS e Serviço de Atendimento ao Cidadão/ Usuário do Sistema Único de Saúde - SAC/SUS;

## **2. Atenção à Saúde:**

2.1 Acesso aos Serviços de Saúde: (i) Cartão Nacional de Saúde; (ii) Internação Domiciliar; (iii) Política Nacional de Atenção às Urgências; (iv) Avaliação da Qualidade dos Serviços de Saúde;

2.2 Assistência à Saúde: (i) Política Nacional de Atenção Básica; (ii) Programa Nacional de Controle do Tabagismo; (iii) Portadores de Hipertensão e de Diabete *mellitus*; (iv) Portadores de Doença Renal; (v) Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme; (vi) Saúde das Pessoas Portadoras de Doença Falciforme; (vii) Saúde das Pessoas Portadoras de Distrofia Muscular Progressiva; (viii) Política Nacional de Atenção Cardiovascular em Alta Complexidade; (ix) Serviços de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação Pós-Operatória; (x) Programa de Promoção da Atividade Física; (xi) Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares; (xii) Controle, Regulação e Avaliação da Assistência à Saúde; (xiii) Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade; (xiv) Programação Programada e Integrada da Assistência em Saúde;

2.3 Assistência Farmacêutica: (i) Política Nacional de Medicamentos; (ii) Farmácia Popular no Brasil; (iii) Programa Nacional de Assistência Farmacêutica Para Hipertensão Arterial e Diabete *mellitus*;

2.4 Saúde da Mulher: (i) Atendimento Durante o Trabalho de Parto, Parto e Pós-Parto Imediato; (ii) Mortalidade Materna; (iii) Violência Contra a Mulher; (iv) Reprodução Humana Assistida; (v) Combate ao Câncer de Colo Uterino;

2.5 Saúde do Neonatal, da Criança e do Adolescente: (i) Atendimento ao Neonatal; (ii) Maus Tratos contra Crianças e Adolescentes; (iii) Programa Saúde do Adolescente; (iv) Saúde dos Adolescentes em Conflito Com a Lei;

2.6 Saúde do Idoso;

- 2.7 Saúde do Indígena; Saúde Mental da População Indígena;
- 2.8 Saúde da Pessoa com Deficiência; Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva;
- 2.9 Saúde Mental: (i) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Neurológica; (ii) Assistência Hospitalar em Psiquiatria; (iii) Internações Psiquiátricas; (iv) Ações Assistenciais em Saúde Mental; (v) Portadores de Doença de Alzheimer; (vi) Portadores de Transtornos Decorrentes do Uso de Álcool e Outras Drogas;
- 2.10 Saúde no Sistema Penitenciário;
- 2.11 Transplantes: (i) Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos; (ii) Registro Nacional de Doadores de Órgãos e Tecidos; (iii) Importação de Órgãos e Tecidos; (iv) Transplante de Rins e Pâncreas; (v) Transplante de Fígado; (vi) Banco de Órgãos e Tecidos; (vii) Transplante de Células Tronco Hematopoiéticas; (viii) Transplante de Órgãos e Tecidos de Fetos Anencefálicos;
- 3. Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde:**
- 3.1 Gestão da Educação em Saúde; Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;
- 4. Ciência e Tecnologia em Saúde:**
- 4.1 Tecnologia em Saúde; Sistema Interligado de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico em Saúde;
- 5. Vigilância em Saúde:**
- 5.1 Política Nacional de Promoção da Saúde;
- 5.2 Vigilância Epidemiológica: (i) Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica; (ii) Notificação Compulsória; (iii) Doenças e Agravos de Notificação Compulsória; (iv) Controle da Hanseníase; (v) Controle da Dengue;
- 5.3 Sistemas de Informação em Saúde;

5.4 Programa Nacional de DST e Aids: (i) Transmissão e Prevenção da Infecção pelo HIV/aids; (ii) Abordagem Consentida para os Testes HIV DST;

5.5 Vigilância Ambiental em Saúde; Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;

## **6. Alimentação e Nutrição:**

6.1 Política Nacional de Alimentação e Nutrição;

6.2 Agravos à Saúde Relativos à Alimentação e Nutrição;

6.3 Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas;

6.4 Alta Complexidade em Terapia Nutricional;

## **7. Conselho Nacional de Saúde:**

7.1 Ética em Pesquisa: (i) Pesquisa Envolvendo Seres Humanos; (ii) Pesquisas com Novos Fármacos, Medicamentos e Testes Diagnósticos; (iii) Pesquisa Envolvendo Genética Humana; (iv) Pesquisa com Armazenamento de Materiais; (v) Pesquisas Coordenadas do Exterior ou com Participação Estrangeira

7.2 Participação Comunitária;

As principais normas consolidadas na Portaria MS/GM Nº 2.048, de 3 de setembro de 2009, constam da Tabela abaixo, com suas ementas e a localização na referida Portaria.

<b>Normas / MS</b>	<b>Ementa</b>	<b>Comentário</b>
PRT 582 de 30 de junho de 1989	Cria o sistema integrado de apoio ao desenvolvimento de procedimento tecnológico em saúde - SITECS.	O SITECS está previsto no capítulo IV, Da ciência e tecnologia em saúde; seção I - Tecnologia em saúde, subseção I, do sistema integrado de apoio ao desenvolvimento de procedimentos tecnológicos em saúde, arts 577 e 578 do anexo à PRT 2048/09.
PRT 980 de 26 de dezembro de 1989	Define objetivos, diretrizes e estratégias para o programa saúde do adolescente - PROSAD. (ementa elaborada pelo CD/MS).	O PROSAD está previsto nos arts 335 subseção III, fazendo parte do programa previsto na seção V- Da saúde do neonatal, da criança e do adolescente, do anexo à PRT 2048/09.
PRI 796 de 29 de maio de 1992	Veda práticas discriminatórias, no âmbito da educação, a pessoas portadoras de HIV	O teor da PRI está incorporado na seção IV- Programa Nacional de DST e Aids, ver também anexo LXXXIX.

PRT 545 de 20 de maio de 1993	Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da norma operacional básica - SUS 01/93.	A NOB-SUS 01 está referida no art 3º. do anexo, regulamento do SUS, capítulo I.
PRT 799 de 20 de julho de 1993	Institui, no Ministério da Saúde, a linha de atuação atendimento aos desnutridos e as gestantes de risco nutricional - integrante do plano de combate a fome e a miséria e da outras providencias. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado nos arts 666-667, seção II- Dos agravos a saúde relativos a alimentação e nutrição, no capítulo VI.
PRT 1016 de 26 de agosto de 1993	Aprova as normas básicas para a implantação do sistema 'alojamento conjunto' nas unidades medico assistenciais integrantes do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde - SIH-SUS.(ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado no art 296, seção IV- Da saúde da mulher, subseção I. As normas básicas para implantação do sistema estão aprovadas no anexo XXXVI.
PRT 772 de 07 de abril de 1994	Institui, junto ao gabinete do ministro da saúde, enquanto não se processa a reestruturação global do Ministério da Saúde, a Ouvidoria Geral da Saúde. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado no art 79, seção IV - Da ouvidoria, definindo incumbências e providencias a serem tomadas ante reivindicações do usuário do SUS, bem como cuida, na subseção I - Do atendimento ao usuário.
PRT 2163 de 29 de dezembro de 1994	Fica estabelecido o SINAN (sistema de informação de agravos da notificação) como via formal de registro dos casos graves e moderados da desnutrição em menores de 24 meses, segundo normas técnicas a serem publicadas pelo instituto nacional de alimentação e nutrição (INAN).	O teor da PRT está incorporado no art 674, parte da seção II - Dos agravos à saúde relativos a alimentação e nutrição. O SINAN está previsto no art 613 sendo parte dos sistemas de informação em saúde, que compõe a vigilância epidemiológica em saúde - capítulo V, seção III.
PRT 2415 de 12 de dezembro de 1996	Determina medidas para a prevenção da contaminação pelo HIV, por intermédio do aleitamento materno e que os bancos de leite humano e demais centros promotores do aleitamento materno devem adotar procedimentos éticos, legais e morais na promoção do aleitamento materno sem risco.(ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado no art 643, subseção I que trata da transmissão e prevenção da infecção pelo HIV, descrito na seção IV- Do programa Nacional DST/ Aids, previsto no capítulo V - Vigilância em Saúde.
PRT 3040 de 31 de junho de 1998	Institui o Programa Nacional de Combate ao Câncer de colo uterino. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado no art 311, capítulo II, subseção V, que institui o programa nacional de combate ao câncer de colo uterino, parte do programa saúde da mulher, mencionado no anexo II - norma operacional da assistência a saúde.
PRT 3407 de 05 de agosto de 1998	Aprova o regulamento técnico sobre as atividades de transplantes e dispõe sobre a coordenação nacional de transplantes.	O teor da PRT está incorporado nos arts 478-554, capítulo II, subseção XI, que dispõe sobre atividade de transplantes de órgãos e tecidos.
PRT 3916 de 30 de outubro de 1998	Aprova a política nacional de medicamentos, cuja íntegra consta no anexo desta portaria. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado na seção III - Da assistência farmacêutica, subseção I, arts 241-242, que dispõe e aprova a promoção, elaboração e/ou adequação da política nacional de medicamentos.
PRT 263 de 31 de março de 1999	A utilização de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano para fins científicos somente será permitida depois de esgotadas as possibilidades de sua utilização em transplantes.	O teor da PRT está incorporado nos arts 478-554, capítulo II, subseção XI, que dispõe sobre atividade de transplantes de órgãos e tecidos.

PRTI MPAS/MS nº 5153 de 07 de abril de 1999	Institui o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos	O teor da PRT está incorporado nos arts 354-359, capítulo II, seção VI, que dispõe sobre a saúde do idoso.
PRT 710 de 10 de junho de 1999	Aprovar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, cuja íntegra consta do anexo desta portaria e dela é parte integrante	O teor da PRT está incorporado no capítulo VI, Da alimentação e nutrição, cuja seção I estabelece nos art. 664-665 a política nacional de alimentação e nutrição.
PRT 935 de 22 de julho de 1999	Determina que a coordenação do Sistema Nacional de Transplantes - SNT concedera autorização as equipes especializadas e aos estabelecimentos de saúde para a realização de transplante conjugado de rim e pâncreas, observando as disposições dos capítulos III e V do regulamento técnico aprovado pela portaria GM/MS 3.407/98. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado nos arts. 508 -519, capítulo II, subseção IV, que dispõe sobre atividade de transplantes de rins e pâncreas.
PRT 937 de 22 de julho de 1999	A importação de córneas será feita, exclusivamente, por paciente inscrito na respectiva lista de espera da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos/ CNCDO estadual e vinculado a equipes e centros transplantadores, cadastrados no Sistema Nacional de Transplantes - SNT. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado no art.503, na seção XI- Dos transplantes, subseção III que trata da importação de órgãos e tecidos.
PRT 985 de 05 de agosto de 1999	Cria o Centro de Parto Normal - CPN, no âmbito do Sistema Único de Saúde/SUS, para o atendimento a mulher no período gravídico -puerperal. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado na seção IV, Da saúde da mulher subseção I que trata do atendimento durante o trabalho de parto, parto e pós - parto imediato. Art 273.
PRT 1091 de 25 de agosto de 1999	Cria a unidade de cuidados intermediários neonatal, no âmbito do Sistema Único de Saúde/SUS, para o atendimento ao recém-nascido de médio risco. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado na seção V, Da saúde do neonatal, da criança e do adolescente, na subseção I, art 314 – 332.
PRT 106 de 11 de fevereiro de 2000	Cria os serviços residenciais terapêuticos em saúde mental, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para o atendimento ao portador de transtornos mentais.	O teor da PRT está incorporado no art 407 e seguintes, capítulo II, seção IX ver também anexo LIV.
PRT 333 de 24 de março de 2000	Cria, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, os bancos de valvas cardíacas humanas	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II – seção II, subseção VII arts 539-541.
PRT 486 de 16 de maio de 2000	Expede a edição revisada e atualizada das orientações e critérios relativos à definição nacional de casos de aids, em indivíduos menores de 13 (treze) anos de idade, para fins de vigilância epidemiológica.	O teor da PRT está incorporado no art 644, capítulo II, seção IV. As orientações e critérios relativos à definição nacional de casos de aids, em indivíduos menores de 13 (treze) anos de idade, para fins de vigilância epidemiológica, constam do anexo XC a este regulamento
PRT 569 de 01 de junho de 2000	Instituir o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, seção IV– Da saúde da mulher, ver também anexo XXXIV.



PRT 799 de 19 de julho de 2000	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o programa permanente de organização e acompanhamento das ações assistenciais em saúde mental.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, seção IX– Da saúde mental, estabelecido nos arts 434-439 que tratam das ações assistenciais em saúde mental. No art. 434. Fica instituído o programa permanente de organização e acompanhamento das ações assistenciais em saúde mental, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
PRT 901 de 16 de agosto de 2000	Cria, no âmbito do sistema nacional de transplantes, a central nacional de notificação, captação e distribuição de órgãos	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, seção XI– Dos transplantes; subseção I, que trata da central de notificação, captação e distribuição de órgãos. Conforme art. 483.
PRT 1183 de 25 de outubro de 2000	Criar o registro nacional de doadores de órgãos e tecidos.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, seção XI– Dos transplantes; subseção II, que trata do registro nacional de doadores de órgãos e tecidos.
PRT 1315 de 30 de novembro de 2000	Estabelece, na forma do anexo I desta portaria, os mecanismos destinados a organizar o fluxo de informações, de tipificação e cadastro de doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea – REDOME	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, seção XI– dos transplantes, na subseção II, que trata do registro nacional de doadores de órgãos e tecidos. Ver também anexo LXII à PRT 2048/09.
PRT 235 de 20 de fevereiro de 2001	Estabelece as diretrizes para a reorganização da atenção aos segmentos populacionais expostos e portadores de hipertensão arterial	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, seção II–subseção III, que trata da assistência a saúde dos portadores de hipertensão e de diabetes mellitus, conforme arts 175-181.
PRT 401 de 29 de março de 2001	Dispõe sobre a apuração de denúncias relacionadas com o funcionamento do SUS, pelo Sistema Nacional de Auditoria - SNA, previsto no inciso XIX do art. 16 da lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e regulamentado nos termos do decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995.	O teor da PRT está incorporado no capítulo I, seção III que trata da auditoria e que dispõe nos arts. 70-78.
PRT 814 de 01 de junho de 2001	Estabelece, na forma do anexo i desta portaria, o conceito geral, os princípios e as diretrizes da regulação médica das urgências	O teor da PRT está incorporado ao capítulo II, seção I que trata da atenção à saúde e do acesso aos serviços de saúde, estabelecendo na seção III a política nacional de atenção às urgências, arts 122-139. Ver também os anexos XVII e XVIII.
PRT 822 de 06 de junho de 2001	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Triagem Neonatal/PNTN.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo II, seção V que trata da saúde do neonatal, da criança e do adolescente, particularmente do atendimento ao neonatal arts. 321-332 conforme Programa Nacional de Triagem Neonatal - PNTN, instituído no âmbito do SUS. Ver também anexos XXXIV, XXXVII, XXXIX, XL, XLI, XLII.
PRT 1531 de 04 de setembro de 2001	Instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o programa de assistência ventilatória não invasiva a pacientes portadores de distrofia muscular progressiva.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo II, seção II; os arts. 189-190 dispõem sobre o programa de assistência ventilatória não-invasiva.
PRT 1559 de 06 de setembro de 2001	Cria, no âmbito do sistema nacional de transplantes, o programa nacional de implantação/implementação de banco de olhos	O teor da PRT está incorporado ao capítulo II, seção XI que trata dos transplantes, dos bancos de órgãos e tecidos, do programa nacional de implantação/implementação de bancos de

		olhos e bancos de tecidos oculares humanos conforme arts 520-533. Ver também anexo LXVII.
PRT 1893 de 15 de outubro de 2001	Institui o programa de promoção da atividade física, a ser coordenado pela secretaria de políticas de saúde, constante do anexo que integra esta portaria	O teor da PRT está incorporado ao capítulo II, seção II, subseção X que trata da assistência a saúde e do programa de promoção da atividade física. Ver também anexo XXV.
PRT 2009 de 30 de outubro de 2001	Institui o serviço de atendimento ao cidadão/usuário do Sistema Único de Saúde - SAC/SUS	O teor da PRT está incorporado ao capítulo I, seção IV, subseção I que trata da ouvidoria do SUS e do serviço de atendimento ao usuário do SUS arts. 90-91.
PRT 2309 de 19 de dezembro de 2001	Institui, no âmbito da Secretaria de Assistência à Saúde/SAS, a Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade/CNRAC, com o objetivo de coordenar a referência interestadual de pacientes que necessitem de assistência hospitalar de alta complexidade.	O teor da PRT está incorporado ao anexo à PRT 2048/09, art 35 no que se refere aos blocos de financiamento do SUS; aos arts. 191-192 Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade organizada e implementada via redes estaduais e/ou regionais de atenção em alta complexidade cardiovascular. No anexo II – Norma Operacional da Assistência a Saúde, NOAS-SUS 01/02 item 1.5, Política de atenção de alta complexidade/custo no SUS.
PRT 1968 de 25 de outubro de 2001	Dispõe sobre a comunicação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde.	O teor da PRT está incorporado na seção V, subseção II que cuida da saúde do neonatal, da criança e do adolescente, e dispõe quanto aos maus-tratos contra crianças e adolescentes, arts 333-334. Ver também anexo XLIII.
PRT 251 de 31 de janeiro de 2002	Estabelece diretrizes e normas para a assistência hospitalar em psiquiatria, reclassifica os hospitais psiquiátricos, define e estrutura, a porta de entrada para as internações psiquiátricas na rede do SUS e dá outras providências.	O teor da PRT está incorporado na seção IX, subseção II que cuida da saúde mental e da assistência hospitalar em psiquiatria, arts 399-406. Ver também seção I do capítulo I.
PRT 373 de 27 de fevereiro de 2002	Aprova, na forma do anexo desta portaria, a norma operacional da assistência à saúde - NOAS-SUS 01/2002 que amplia as responsabilidades dos municípios na atenção básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde e procede a atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.	O teor da PRT está incorporado no anexo II – norma operacional de assistência a saúde, NOA-SUS 01/02. Ver também PRT MS 3925/1998 metas do pacto de atenção básica; anexo I do anexo II; parte III - regulamentação complementar, em seus anexos II, III, IV, V.
PRT 371 de 04 de março de 2002	Institui o programa nacional de assistência farmacêutica para hipertensão arterial e diabetes mellitus, parte integrante do plano nacional de reorganização da atenção a hipertensão arterial e diabetes mellitus.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, seção III –subseção III, arts 268-271.
PRT 541 de 14 de março de 2002	Aprova, na forma do anexo desta portaria, os critérios para cadastramento de candidatos a receptores de fígado - doador cadáver, no cadastro técnico de receptores de fígado - 'lista única' das	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, seção XI–subseção II. Ver também anexo LXV.

	Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos - CNCDO. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	
PRT 703 de 12 de abril de 2002	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o programa de assistência aos portadores da doença Alzheimer.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – subseção V, que trata do programa de assistência aos portadores da doença de Alzheimer, instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde.
PRT 816 de 30 de abril de 2002	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o programa nacional de atenção comunitária integrada a usuários de álcool e outras drogas, a ser desenvolvido de forma articulada pelo ministério da saúde e pelas secretarias de saúde dos estados, distrito federal e municípios.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – seção IX, subseção VI, arts 443-457. Ver também PRTs. 336/GM de 19/02/02, 189/SAS de 20.03.02 e 305/SAS de 03/05/02; anexo LV.
PRT 305 de 03 de maio de 2002	Aprova, na forma do anexo I desta portaria, as normas de funcionamento e cadastramento de centros de atenção psicossocial para atendimento de pacientes com transtornos causados pelo uso prejudicial e/ou dependência de álcool e outras drogas. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – seção IX, subseção VI, arts 444, II-457. Ver também PRTs. 336/GM de 19/02/02, 189/SAS de 20.03.02 e 305/SAS de 03/05/02; anexo LV.
PRT 1060 de 05 de julho de 2002	Aprova, na forma do anexo desta portaria, a política nacional de saúde da pessoa portadora de deficiência. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – seção VIII, arts 387-388 que trata da política nacional de saúde da pessoa com deficiência, com vistas a reabilitação, proteção, e prevenção de agravos, conforme aprovado nos termos do anexo LII. Ver também: subseção I, arts 389-393, política nacional de atenção à saúde auditiva.
PRT 423 de 09 de junho de 2002	Aprova, na forma do anexo desta portaria, o detalhamento das atribuições básicas inerentes a cada nível do governo no controle, regulação e avaliação da assistência a saúde no SUS. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo I - seção I, subseção I arts 6º - 23 que trata do pacto pela saúde 2006 - consolidação do SUS - anexo III; diretrizes operacionais do pacto pela saúde em 2006 - consolidação do SUS - com seus três componentes: pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão na forma do anexo IV.
PRT 1560 de 29 de agosto de 2002	Institui o cartão nacional de saúde - cartão SUS e da outras providencias. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo II - seção I, subseção I, arts. 92-107.
PRT 1686 de 20 de setembro de 2002	Aprova, na forma do anexo i desta portaria, as normas para autorização de funcionamento e cadastramento de banco de tecidos musculoesqueléticos pelo Sistema Único de Saúde. (ementa elaborada pela CDI/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – seção XI, subseção VI, arts. 534-538. Ver também anexo LXVIII.
PRT 2104 de 19 de novembro de 2002	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS -, o projeto nascer-maternidades.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – seção IV, subseção I, arts. 290-291.
PRT 2391 de 26 de dezembro de 2002	Regulamenta o controle das internações psiquiátricas involuntárias (IPI) e voluntárias (IPV) de acordo com o disposto na lei 10216, de 06/04/2002, e os procedimentos de notificação da comunicação das IPI e IPV ao Ministério Público pelos estabelecimentos de saúde, integrantes ou não do SUS.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – seção IX, subseção III, arts. 421-433.

	(ementa elaborada pela CDI/MS).	
PRT 653 de 28 de maio de 2003	Estabelece que o óbito materno passe a ser considerado evento de notificação compulsória para a investigação dos fatores determinantes e as possíveis causas destes óbitos, assim como para a adoção de medidas que possam evitar novas mortes maternas. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – seção IV, subseção II, arts. 297-299.
PRT 1777 de 09 de setembro de 2003	Aprova o plano nacional de saúde no sistema penitenciário, constante do anexo 1, destinado a prover a atenção integral a saúde da população prisional confinada em unidades masculinas e femininas, bem como nas psiquiátricas.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – seção X, arts. 467-476. Ver também anexo LXIII.
PRT 1863 de 29 de setembro de 2003	Institui a política nacional de atenção às urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – seção I, subseção III, arts.122-143. Ver também anexos XVII e XVIII a este regulamento.
PRT 1864 de 29 de setembro de 2003	Institui o componente pré-hospitalar móvel da política nacional de atenção às urgências, por intermédio da implantação de serviços de atendimento móvel de urgência em municípios e regiões de todo o território brasileiro: SAMU - 192. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – seção I, subseção III, arts. 127, b-138. Ver também anexo XVIII a este regulamento.
PRT 20 de 03 de outubro de 2003	Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos para os Sistemas de Informações Sobre Mortalidade - SIM e Sobre Nascidos Vivos - SINASC. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo V – seção III, arts. 613-638.
PRT 1929 de 09 de outubro de 2003	Define as atribuições da secretaria de vigilância em saúde e do departamento de informática do SUS no que se refere aos Sistemas de Informações Sobre Mortalidade - SIM, ao Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos - SINASC e ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação – SINAN.	O teor da PRT está incorporado no capítulo V – seção III, arts. 613-638.
PRT 2325 de 08 de dezembro de 2003	Define a relação de doenças de notificação compulsória para todo território nacional. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo V – seção II, arts. 596-607. Ver também anexo LXXXIV.
PRT 70 de 20 de janeiro de 2004	Aprova as diretrizes da gestão da saúde indígena na forma anexa. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo II – seção VII, arts. 360-382.
PRT 586 de 06 de abril de 2004	Institui conjunto de ações e medidas coordenadas para a eliminação da hanseníase. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo V – seção II, subseção IV arts. 608-610; trata da vigilância em saúde mediante vigilância epidemiológica para eliminação e controle da hanseníase. Ver também: art. 466, art. 600 e anexo II.

PRT 1035 de 31 de maio de 2004	Amplia o acesso à abordagem e tratamento do tabagismo para a rede de atenção básica e de média complexidade do Sistema Único de Saúde - SUS, com o objetivo de consolidar o programa nacional de controle do tabagismo. (ementa elaborada pela biblioteca/MS)	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II – seção II, subseção VII arts. 201-202.
PRT 1168 de 15 de junho de 2004	Institui a política nacional de atenção ao portador de doença renal, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. (ementa elaborada pela biblioteca/MS)	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II – seção II, subseção IV arts. 182-186.
PRT 1169 de 15 de junho de 2004	Institui a política nacional de atenção cardiovascular de alta complexidade, e dá outras providências. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II – seção II, subseção VII arts. 191-200.
PRT 1193 de 16 de junho de 2004	Disciplina o funcionamento do departamento de ouvidoria-geral do Sistema Único de Saúde. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo I – seção IV, subseção VII arts. 79-89.
PRT 1426 de 14 de julho de 2004	Aprova as diretrizes para a implantação e implementação da atenção à saúde dos adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória, e dá outras providências. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II – seção V, subseção IV arts. 336-353. Ver também anexos XLIV até XLVII.
PRT 340 de 14 de julho de 2004	Aprova, na forma dos anexos I, II, III e IV desta portaria, as normas para a implantação e implementação da atenção à saúde dos adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória, em unidades masculinas e femininas, a padronização física do estabelecimento de saúde nas unidades de internação e internação provisória, o plano operativo estadual de atenção integral à saúde dos adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória e o termo de adesão. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II – seção V, subseção IV arts. 336-353. Ver também anexos XLIV até XLVII.
PRT1679 de 13 de agosto de 2004	Aprova normas relativas ao sistema de monitoramento da política de incentivo no âmbito do Programa Nacional de DST e Aids, e dá outras providências. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo V – seção IV, arts. 639-654. Ver também anexo LXXXVIII e artigos 51 e 600 do anexo LXXXIX.
PRT 2073 de 28 de setembro de 2004	Institui a política nacional de atenção à saúde auditiva.	O teor da PRT está incorporado na seção VIII, subseção I, artigos 389-393. Ver também anexo LII.
PRT 2197 de 14 de outubro de 2004	Redefine e amplia a atenção integral para usuários de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo I, da organização, gestão e administração em saúde, gestão financeira para implantação de serviços, art 61; capítulo II e subseção VI, arts. 443-464. Ver também anexos LV-LVII.
PRT 2406 de 05 de novembro de 2004	Institui serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher, e aprova instrumento e fluxo para notificação. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II, seção IV e subseção III, arts. 300-304.

PRT 2692 de 23 de dezembro de 2004	Define banco de tecidos oculares, aprovando as normas gerais para sua instalação e cadastramento/autorização, e dá outras providências. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II, seção XI e subseção VI, arts. 520-533, que tratam, da atenção a saúde, dos transplantes e dos bancos de olhos e tecidos oculares humanos.
PRT 2529 de 23 de novembro de 2004	Institui o Subsistema Nacional de Vigilância Epidemiológica em Âmbito Hospitalar, define competências para os estabelecimentos hospitalares, a união, os estados, o distrito federal e os municípios, cria a rede nacional de hospitais de referência para o referido subsistema e define critérios para qualificação de estabelecimentos. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo v - seção II, da vigilância em saúde e vigilância epidemiológica, arts. 580-595. Ver também anexos LXXX, LXXXI e LXXXII, LXXXIII e LXXXIV.
PRT 221 de 15 de fevereiro de 2005	Institui a política nacional de atenção de alta complexidade em traumatologia e dá outras providências. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II, seção II, subseção IX, arts. 204-218. Ver também seção I, do capítulo I deste regulamento.
PRT 343 de 07 de março de 2005	Institui, no âmbito do SUS, mecanismos para implantação da assistência de alta complexidade em terapia nutricional. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo V, seção IV, arts. 683-693.
PRT 382 de 10 de março de 2005	Institui o Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde - PNASS e dá outras providências. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II, seção I, subseção IV. Ver também: anexos XX - XXIII, PRT MS-3925/1998 (indicadores de acompanhamento da atenção básica a saúde, anexo II ao manual para organização da atenção básica).
PRT 401 de 16 de março de 2005	Institui o projeto de estruturação e qualificação dos serviços pré-existent de ortopedia, traumatologia e reabilitação pós-operatória no âmbito do Sistema Único de Saúde - projeto suporte.	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II, seção II, subseção IX, arts.204-218.
PRT 426 de 22 de março de 2005	Institui, no âmbito do SUS, a política nacional de atenção integral em reprodução humana assistida e dá outras providências. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II, seção IV, subseção IV, arts 305-310.
PRT 1161 de 07 de julho de 2005	Institui a política nacional de atenção ao portador de doença neurológica, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II, seção IX, subseção I, arts 396-434. Ver também: anexos LIII, LIV, art. 400 - PNASH; PRT GM/MS 469 de 03.04.2001.
PRT 1391 de 16 de agosto de 2005	Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde, as diretrizes para a política nacional de atenção integral às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II, seção II, subseção V, arts 187-188.
PRT 2439 de 08 de dezembro de 2005	Institui a política nacional de atenção oncológica: promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo II, seção II, subseção VIII, arts 199-203.

PRT 05 de 21 de fevereiro de 2006	Inclui doenças na relação nacional de notificação compulsória, define doenças de notificação imediata, relação dos resultados laboratoriais que devem ser notificados pelos laboratórios de referência nacional ou regional e normas para notificação de casos.	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo V, seção II, subseção III, arts 600-607. Ver também: anexos LXXXV, LXXXVII e LXXXVI.
PRT 399 de 22 de fevereiro de 2006	Divulga o pacto pela saúde 2006 - consolidação do SUS e aprova as diretrizes operacionais do referido pacto.	O teor da PRT está incorporado no anexo III a PRT 2048/09. Ver também anexo IV a PRT 2048/09.
PRT 491 de 09 de março de 2006	Dispõe sobre a expansão do programa "farmácia popular do Brasil". (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo da atenção a saúde que, na seção III, arts. 243-267. Ver também: anexos XXX e XXXII.
PRT 648 de 28 de março de 2006	Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de saúde (PACS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo da atenção a saúde que, na seção II, art169. Ver também anexo XXIV.
PRT 687 de 30 de março de 2006	Aprova a política de promoção da saúde. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo V da vigilância em saúde, na seção I que trata da política nacional de promoção da saúde. Ver também: anexos III e IV.
PRT 699 de 30 de março de 2006	Regulamenta as diretrizes operacionais dos pactos pela vida e de gestão.	O teor da PRT está incorporado no capítulo I da organização, da gestão e da administração em saúde. Ver também anexo IV.
PRT 931 de 02 de maio de 2006	Aprova o regulamento técnico para transplante de células-tronco hematopoéticas. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo II que trata da atenção a saúde no que se refere a transplantes, particularmente de células tronco-hematopoéticas, arts. 542-553. Ver também: anexo LXXI, LXXII e LXXIV.
PRT 971 de 03 de maio de 2006	Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, seção II, que trata da atenção e da assistência a saúde e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC.
PRT 1010 de 08 de maio de 2006	Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo V, seção III, arts. 677-685.
PRT 1097 de 22 de maio de 2006	Define o processo da programação pactuada e integrada da assistência em saúde seja um processo instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde.	O teor da PRT está incorporado no capítulo I, subseção I, arts. 6º. – 2. Ver também anexos III, IV, V- XIII.
PRT 1160 de 29 de maio de 2006	Modifica os critérios de distribuição de fígado de doadores cadáveres para transplante, implantando o critério de gravidade de estado clínico do paciente. (ementa elaborada pela biblioteca/MS).	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, subseção V, arts. 515-519. Ver também anexo LXVI.
PRT 29 de 11 de julho de 2006	Define parâmetro que caracteriza situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor da dengue.	O teor da PRT está incorporado no capítulo V, subseção V, arts. 611-612 que tratam do controle da dengue.

PRT 2528 de 19 de outubro de 2006	Aprova a política nacional da pessoa idosa.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, seção VI do anexo à PRT 2048/09, arts. 354-359. Ver também anexo XLVIII
PRT 2529 de 19 de outubro de 2006	Institui a internação domiciliar no âmbito do SUS.	O teor da PRT está incorporado no capítulo II, seção I, subseção II, arts. 108-121 que tratam da internação domiciliar.
PRT 3027 de 26 de novembro de 2006	Estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro anual de média e alta complexidade do estado da Bahia e municípios, habilitados na gestão plena de sistema.	O teor da PRT está incorporado no capítulo I, na seção II que trata da administração orçamentária e financeira. O sistema operacional e os blocos de financiamento do SUS estão previstos nos arts. 32-69.
PRT 3085 de 01 de dezembro de 2006	Regulamenta o sistema de planejamento do SUS.	O teor da PRT está incorporado no capítulo I, seção I que cuida da gestão em saúde, e do sistema de planejamento do SUS; obedece ao disposto nos arts. 24 - 31.
PRT 3125 de 07 de dezembro de 2006	Institui o programa de qualificação da atenção hospitalar de urgência no Sistema Único de Saúde - Programa QUALISUS e define competências.	O teor da norma revogada está incorporado ao capítulo I, seção I que cuida da gestão em saúde, e do sistema de avaliação da qualidade dos serviços do SUS. Ver também arts. 164-165, capítulo II.
PRT 3332 de 28 de dezembro de 2006	Aprova orientações gerais relativas aos instrumentos do sistema de planejamento do SUS.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo I, seção I que cuida da gestão em saúde, e do sistema de planejamento do SUS; obedece ao disposto nos arts. 24 - 31.
PRT 204 de 29 de janeiro de 2007	Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo I, seção II, arts 32-69.
PRT 487 de 02 de março de 2007	Dispõe sobre a remoção de órgãos e/ou tecidos de neonato anencéfalo para fins de transplante ou tratamento.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo II, seção XI, art. 554.
PRT 1683 de 13 de julho de 2007	Aprova, na forma do anexo, a norma de orientação para a implantação do método canguru.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo II, seção V, subseção I- do atendimento neonatal, art. 332. Ver também anexo XLII.
PRT 1569 de 02 de julho de 2007	Institui diretrizes para a atenção à saúde, com vistas à prevenção da obesidade e assistência ao portador de obesidade, a serem implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo VI, seção II dos agravos à saúde relativos à alimentação e nutrição, arts.670-672, com vistas à prevenção da obesidade e assistência ao portador de obesidade.
PRT 1626 de 10 de julho de 2007	Regulamenta os procedimentos e condutas para a abordagem consentida a usuários que procuram os serviços de saúde com vistas a realizar testes de HIV e outras DST, bem como aos que não comparecem ao tratamento já em curso.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo V, seção IV, subseção II arts 645-649,



PRT 1767 de 25 de julho de 2007	Dispõe sobre o modelo de gestão do programa farmácia popular do Brasil.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo I, arts 6º. E 7º. - Gestão em saúde - e capítulo II, seção III, subseção II arts 243-267. Ver também anexos III, IV e art 10º do anexo V.
PRT 1996 de 20 de agosto de 2007	Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da política nacional de educação permanente em saúde.	O teor da PRT está incorporado no anexo a PRT 2048/09, capítulo III – seção I, subseção I arts 555-576; particularmente do art 555, ver também subseção I da seção I do capítulo I.
PRT 2656 de 18 de outubro de 2007	Dispõe sobre as responsabilidades na prestação da atenção à saúde dos povos indígenas, no ministério da saúde e regulamentação dos incentivos de atenção básica e especializada aos povos indígenas.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo II, seção VII, arts 360-383. Ver também anexos XLIX e LI.
PRT 2759 de 26 de outubro de 2007	Estabelece diretrizes gerais para a política de atenção integral à saúde mental das populações indígenas e cria o comitê gestor.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo II, seção VII, arts 384-386.
Int 01 de 07 de março de 2005	Regulamenta a portaria GM/MS nº. 1.172/04, no que se refere às competências da união, estados, municípios e distrito federal na área de vigilância em saúde ambiental.	O teor da PRT está incorporado ao capítulo V, seção V, subseção I, arts 655-663.
Res CNS196 de 10 de outubro de 1996	Aprova as diretrizes e normas regulamentares de pesquisas envolvendo seres humanos.	Inicialmente a RES foi revogada pelo art 3º. da PRT MS/GM 2048 de 04/09/2009, em seguida, sua vigência foi restaurada expressamente pelo art. 5.º PRT MS/GAB 2230 de 23/09/2009.
Res CNS 251 de 07 de julho de 1997	Aprova normas de pesquisa envolvendo seres humanos para a área temática de pesquisa com novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos.	Inicialmente a RES foi revogada pelo art 3º. da PRT MS/GM 2048 de 04/09/2009, em seguida, sua vigência foi restaurada expressamente pelo art. 5.º PRT MS/GAB 2230 de 23/09/2009.
Res CNS 292 de 08 de julho de 1999	Aprova norma referente a pesquisas coordenadas do exterior ou com participação estrangeira e pesquisas que envolvam remessa de material biológico para exterior.	Inicialmente a RES foi revogada pelo art 3º. da PRT MS/GM 2048 de 04/09/2009, em seguida, sua vigência foi restaurada expressamente pelo art. 5.º PRT MS/GAB 2230 de 23/09/2009.
Res CNS 340 de 08 de julho de 2004	Aprova as diretrizes para análise ética e tramitação dos projetos de pesquisa da área temática especial de genética humana.	Inicialmente a RES foi revogada pelo art 3º. da PRT MS/GM 2048 de 04/09/2009, em seguida, sua vigência foi restaurada expressamente pelo art. 5.º PRT MS/GAB 2230 de 23/09/2009.

\* **NOTA** – É possível que as normas identificadas no quadro acima como incorporadas pela Portaria GM/MS Nº 2048, de 04/09/2009 tenham sofrido alteração parcial ou revogação total, após sua publicação no ano de 2009. Recomendamos as organizadoras que o leitor confira, por meio de busca da norma no sistema ou de consulta direta na página Saúde Legis – Sistema de Legislação da Saúde, no endereço: [http://portal2.saude.gov.br/saudelegis/leg\\_norma\\_pesq\\_consulta.cfm](http://portal2.saude.gov.br/saudelegis/leg_norma_pesq_consulta.cfm) , a situação de vigência e teor atualizado das normas destacadas acima, no momento de sua aplicação.

### **Referências Bibliográficas:**

1. BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil. Artigos: 1º, 6º e 193-200.
2. BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei n.º 4657, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.
3. BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei no. 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; 20 de set.
4. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; 31 de dez.
5. BRASIL, Decreto nº 4.176 de 28 de março de 2002. Estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração, a consolidação e o encaminhamento ao Presidente da República de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2002; 1º de abril.
6. BRASIL. Portaria MS/GM Nº. 2048 de 3 de setembro de 2009. Aprova o Regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União 2009; 4 de set.
7. BRASIL. Portaria Nº. 2230 de 23 de setembro de 2009. Dispõe sobre a aplicação da Portaria 2048 de 03/09/2009 que aprovou o Regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências. Diário Oficial da União 2009; 24 de set.
8. BRASIL. Portaria Nº. 2792 de 15 de setembro de 2010 que dá nova redação ao art. 2º da Portaria nº 2.048, de 3 de setembro de 2009, que aprova o Regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS), e dispõe sobre sua consulta pública. Diário Oficial da União 2010; 17 de set.